

A função do sistema financeiro

Se os dois candidatos à presidência da República são a favor de um modelo econômico baseado no crescimento (e quem não o seria?), é normal que pensem no papel do sistema financeiro com vistas a esse objetivo. Tanto o sr. Fernando Collor quanto o sr. Luís Inácio Lula da Silva dedicaram um capítulo ao sistema financeiro, no qual se evidencia a diferença de filosofia entre os dois.

É difícil para o candidato do PT dar grande atenção a um sistema que simboliza o capitalismo que ele quer destruir. Por isso, o capítulo sobre o sistema financeiro é muito curto. Para o PT, o sistema financeiro foi um parasita da vida econômica, incapaz de financiar a atividade produtiva (a história não é o forte dos petistas...) e o investimento. O programa do PT é muito simples: "o governo *democrático popular* (grifamos) aumentará seu controle sobre o sistema financeiro, recorrendo a variadas formas de intervenção, podendo chegar inclusive à estatização". Controle maior do Estado e estatização são as palavras-chave de um programa que foi elaborado num isolamento total do mundo e sem levar em con-

sideração a revolução que se desenrola entre nós.

O programa do PRN, ao contrário, reserva uma longa análise ao sistema financeiro brasileiro, mostrando, e com razão, que os bancos se tornaram (nem sempre foi assim...) meros corretores da dívida pública, e que o mercado de capitais, com suas bolsas que se tornaram apenas o palco para a dança das ações especulativas, não tem papel do financiamento da economia. Quanto a isso, o julgamento de Fernando Collor de Mello parece-nos muito drástico, pois o candidato parece esquecer que se hoje temos empresas bem capitalizadas, isso se deve em grande parte à atuação das atividades bolsistas — mesmo que se possa lamentar que, num clima inflacionista, as atividades puramente especulativas estão ocupando um papel excessivo.

O candidato do PRN é consciente de que, uma vez saneadas as finanças públicas — o que significa o fim da necessidade de fixar taxas de juros elevadas (o único responsável por isso é o governo, não os bancos...) e a de colocar títulos da dívida pública em ex-

cesso —, as instituições financeiras voltarão a seu papel normal: financiar as atividades do setor privado, fornecer recursos para investimentos. Não se pode imaginar que com uma inflação de 40% ao mês, com juros reais para os papéis do governo de 7% ao mês, os organismos financeiros privados possam contribuir para financiamento de investimentos de longa maturação.

Por isso, o candidato do PRN não sugere coisa alguma em relação às instituições privadas, a não ser uma redução do papel do Estado. Note-se, porém, que reserva um grande espaço para os organismos financeiros públicos. No tocante ao Banco Central, temos de lamentar que o sr. Collor fuja do problema que nos parece essencial, o da independência do Banco Central. O candidato do PRN deixa transparecer pelo silêncio seu autoritarismo na conduta da política econômica e administrativa: em tudo quer ser o reitor. Seria útil provocá-lo quanto a essa questão, que poderá ser determinante no momento em que for necessário elaborar uma séria política de luta contra a inflação, a

qual passa, obrigatoriamente por um severo controle monetário.

Ao Banco do Brasil, o candidato do PRN atribui a tarefa de ser o suporte da política econômico-financeira do governo federal. Talvez por conhecer a importância do *lobby* do Banco do Brasil, o sr. Collor de Mello tenha preferido não ir mais longe na sua análise de uma instituição privilegiada em nossa estrutura econômico-financeira, e que tende cada vez mais a fazer concorrência ao setor privado. Lembra, com rara oportunidade, que o BNDE (hoje BNDES) foi criado a pedido do governo dos Estados Unidos para financiar a infra-estrutura econômica do Brasil; defende o aumento de seu papel decisivo no financiamento do setor público. Insiste, com razão, sobre o papel da Caixa Econômica Federal que deveria transformar-se, já que absorveu o BNH, em um verdadeiro banco social.

É preciso repensar o sistema financeiro nacional, mas no sentido de lhe permitir recuperar sua verdadeira função privada, que naturalmente somente com *menos Estado* e menos inflação poderá ser exercida.